



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Subsecretaria de Política Fiscal

Anexo 5 – 1º Revisão

Nota Técnica nº 23 2018/SUPOF/SEFAZ/RJ

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2018

Assunto: Revisão metodológica dos parâmetros aplicados na projeção das Receitas do ERJ para o período de 2018 - 2023

I. Introdução

Esta Nota Técnica objetiva apresentar a revisão dos parâmetros e da metodologia aplicada na projeção das diversas Naturezas de Receitas do ERJ incluídas todas as Fontes de Recursos, para o período de 2018 – 2023.

À Secretaria de Fazenda compete estimar e acompanhar a arrecadação das receitas pelo Tesouro Estadual enquanto as projeções de receita dos recursos diretamente arrecadados pelos diversos Órgãos da Administração Indireta Estadual: Autarquias, Fundos e Fundações, Empresas Públicas e Fundos dos demais Poderes, são de responsabilidade da respectiva Unidade Gestora.

Destaco que os valores apresentados nesta revisão são originários de três fontes.

- Receitas de 2018: algumas Receitas são oriundas da Resolução SEFAZ nº 209 de 06 de fevereiro de 2018 – 1ª Revisão de Receita, enquanto que, a maior parcela é oriunda da 2ª Revisão de Receita datada de 09/05/2018.
- Receitas de 2019 – 2021: projeções demonstradas na Nota Técnica SUPOF/SEFAZ Nº 12 de 09/08/2018 – Metodologia e Premissas da Receita para o período 2019-2021 -PLOA ;
- Receitas de 2022 e 2023: projeções elaboradas com os parâmetros encaminhados pela STN, especificamente IGPD de 4% e crescimento econômico de 2,30%..



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Subsecretaria de Política Fiscal

II. Premissas

• Das Receitas do Tesouro

As particularidades inerentes às projeções dos diversos tipos de receita do Tesouro Estadual implicam distintos graus de detalhamento das memórias de cálculo, em virtude da necessidade de se utilizar diferentes modelos de projeção adequados à especificidade de cada Natureza de Receita.

No caso da Receita Tributária, a projeção da receita de Impostos apresentada no cenário base teve como referência principal a metodologia elaborada pelo Pesquisador da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ Elcyon Caiado Rocha Lima, resultado de convênio firmado com essa Instituição de Ensino, que analisou a série histórica de cada imposto que compõe a receita tributária Estadual, seu comportamento e variáveis intervenientes.

Três referências foram utilizadas para estimar as diversas rubricas de receita para o período 2018 a 2021:

- Método econométrico de séries temporais:
 - SARIMA - utilizado na previsão das variáveis econômicas que influenciam as estimativas;
 - VAR - aplicado nas projeções do ICMS, FECP e IPVA.
- Método de extrapolação de tendências para valores ajustados, que utilizaram como base os indicadores e indexadores econômicos projetados;
- Tratamentos diferenciados face às peculiaridades de cada receita;
- Parâmetros econômicos divulgados no Boletim FOCUS de diferentes datas de acordo com o exercício em referência.

Destaco que no exercício de 2018, para as Receitas do Tesouro, foi considerada a receita realizada até março de 2018, corrigida pelos indicadores FOCUS de 06/04/2018, conforme Tabela 2 do Item III..

Nos exercícios de 2022 e 2023 foram utilizados os parâmetros encaminhados pela STN, como dito anteriormente, que serão descritos abaixo.



• Das Receitas Diretamente Arrecadadas

As projeções das receitas diretamente arrecadadas por Autarquias, Fundos Fundações e Empresas são de responsabilidade de cada Unidade Gestora, adotados os parâmetros divulgados pela SEFAZ naquelas Naturezas de Receita típicas de sua atividade fim; as Transferências Voluntárias seguem os convênios firmados a serem desembolsados no exercício.

III. Memória de Cálculo

Exercício de 2018

As projeções das Receitas do Tesouro reproduzem os valores demonstrados em duas Notas Técnicas: Nota Técnica Conjunta SUPOF e SUBPLO 1ª Revisão de Receita¹ – Metas de Arrecadação para 2018, de 05/02 deste ano e Nota Técnica SUPOF Nº 04 – 2ª Revisão de Receita de 09/05/2018.

Os valores apresentados na Nota Técnica referente à primeira Revisão de Receita expressam o resultado indicado pelas projeções calculadas através dos Métodos Econométricos que consideraram a receita arrecadada em 2017 e os indicadores econômicos divulgados no Boletim FOCUS de 05 de janeiro de 2018.

Tabela 1

1ª Revisão de Receita			
Parâmetros	2018	2019	2020
PIB Nacional (Variação % anual)	2,69%	2,80%	2,50%
Taxa de Câmbio (R\$ / US\$ - Valor médio anual)	3,32	3,33	3,42
IPCA (Variação % anual)	3,95	4,25	4
IPG-DI (variação % anual)	4,44	4,28	4
Taxa Selic (média anual)	6,75	7,9	8

Fonte: Boletim FOCUS 05/01/2018

¹ Disponível em:

http://www.transparencia.rj.gov.br/transparencia/content/conn/UCMServer/path/Contribution%20Folders/site_fazenda/transpFiscal/notas_tecnicas_supof/2018/NOTA%20T%C3%89CNICA%20CONJUNTA%2001%20-%20SUPOF%20e%20SUBPLO%20-%201%C2%AA%20Revis%C3%A3o%20de%20Receita.pdf?lvehttp://www.transparencia.rj.gov.br/transparencia/content/conn/UCMServer/path/Contribution%20Folders/site_fazenda/transpFiscal/notas_tecnicas_supof/2017/NOTA%20TECNICA%2002.01%20-%202017%20-%202%C2%AA%20Revis%C3%A3o%20de%20receita.pdf?lve



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Subsecretaria de Política Fiscal

Já as projeções de Receitas descritas na Nota Técnica da 2ª Revisão de Receita expressam o resultado indicado pelas projeções calculadas através dos métodos econométricos que consideraram a série histórica da Receita arrecadada a partir de 2002, os três primeiros meses do ano de 2018 e os indicadores econômicos divulgados pelo Boletim FOCUS de 06 de abril de 2018.

Tabela 2

2ª Revisão de Receita			
Parâmetros	2018	2019	2020
PIB Nacional (Variação % anual)	2,8	3	2,5
Taxa de Câmbio (R\$/ US\$ - Valor médio anual)	3,29	3,35	3,43
IPCA (Variação % anual)	3,53	4,09	4
IPG-DI (variação % anual)	4,44	4,26	4
Taxa Selic (média anual)	6,34	7,18	8

Fonte: Boletim FOCUS 06/04/2018

Exercício 2019 – 2020 - 2021

Projeções apresentadas para a Lei Orçamentária Anual 2019/2021, resultado do cálculo dos Métodos Econométricos e parâmetros do Boletim Focus de 01/06/2018, demonstradas na Nota Técnica SUPOF/SEFAZ Nº 12 de 09/08/2018.

Tabela 3

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021
PIB Nacional (variação % anual)	3,00	2,50	2,50
Taxa de Câmbio (R\$/US\$ - valor médio anual)	3,45	3,54	3,60
IGP-DI (variação % anual)	4,31	4,00	4,00
IPCA (variação % anual)	4,01	4,00	4,00
Taxa SELIC (média anual)	7,13	8,00	8,00
PIB (valor absoluto em R\$ milhões)	6.904.035	7.076.636	7.253.552

Fonte: Boletim Focus de 01/06/2018 (parâmetros)



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Subsecretaria de Política Fiscal

Exercícios 2022 - 2023

Foram utilizados os parâmetros encaminhados pela STN, na data de 06/07/2018, divulgados pela Secretaria de Planejamento Econômico do Ministério da Fazenda: IGP-DI 4% somada a uma expectativa de crescimento real de aproximadamente 2,30%.

Receita Tributária

- ICMS + FECP

Como já mencionado anteriormente, a metodologia econométrica é específica para os principais componentes da Receita tributária. O ICMS e o FECP são previstos de maneira separadas e apresentados em uma única linha no PRF, respeitando suas características de predição.

O ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação) é a principal fonte de Receita do Estado do Rio de Janeiro, pois é o imposto mais importante de competência estadual. Sua arrecadação depende significativamente da atividade econômica do respectivo Estado e, em última instância, da brasileira; parâmetros adotados pelo Boletim FOCUS mostrado na Tabela 2 desta Nota.

Vale destacar que as projeções para os anos de 2019 a 2021, são as mesmas estimadas para a LOA, adotando-se como base o comportamento de diversas variáveis: vendas no varejo do ERJ, produto interno bruto brasileiro, consumo de combustível do ERJ e taxa de câmbio efetiva. O PIB brasileiro e a taxa de câmbio efetiva foram obtidos junto ao Banco Central do Brasil (BCB), as vendas no varejo por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O consumo de combustível do ERJ foi calculado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Além desses fatores, é importante mencionar que as alterações de alíquotas do imposto supracitado, concedidas pela Lei Estadual nº 7.508/2016, em operação com energia elétrica, na prestação de serviços de comunicação, em operação com cerveja, chope e gasolina, cujos impactos começaram a dar efeito em abril de 2017, foram



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Subsecretaria de Política Fiscal

incorporadas à base cálculo quando da projeção do cenário base, uma vez que a projeção utilizou o ano de 2017 fechado e os três primeiros meses de 2018.

Para previsão do ICMS optou-se por utilizar o modelo VAR dependendo exogenamente do PIB brasileiro² (estimado pelas expectativas médias do boletim FOCUS de 24/02/2017) e consumo de petróleo (projetado por ARIMA). Endogenamente ao ICMS preveem-se as vendas no varejo do Estado do Rio de Janeiro. Como ambas as variáveis tem correlação direta entre si, a escolha pelo VAR com essas duas variáveis é exigência de especificação do modelo (o VAR considera que as variáveis são endógenas e não exógenas, como no modelo de regressão simples).

Na tabela abaixo se pode observar como se comportou o modelo. O R2 ajustado para o ICMS foi satisfatório, 0,86, aproximadamente. As estatísticas t são em geral altas, em módulo, indicando significância.

ICMS - Vetor autorregressivo - VAR

	LOG(ICMS)	LOG(VENDAS)
LOG(ICMS (-1))	0,454126	0,197269
LOG(ICMS (-2))	0,136672	0,045213
LOG(VENDAS (-1))	0,284443	0,034754
LOG(VENDAS (-2))	-0,195681	-0,098442
C	6,618224	-14,054780
LOG(TAXA DE CAMBIO EFETIVA)	-0,023805	0,063050
LOG(PIB)	0,122101	1,072037
LOG(ENERGIA ELÉTRICA)	0,101665	-0,150830
R ²	0,861202	0,842072
R ² ajustado	0,85565	0,835755
Estatística F	155,1173	133,2998

Fonte: Elaboração Sefaz

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FECP) é um adicional ao ICMS cobrado por força de lei. Sua receita corresponde ao produto da arrecadação adicional de dois pontos percentuais correspondentes a um adicional geral da alíquota atualmente vigente do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de

² Uma vez que não há dados recentes acerca do PIB fluminense.



Govorno do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Subsecretaria de Política Fiscal

Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. Atualmente, segundo a Lei Complementar nº 151 de 2013, o prazo de vigência do FECF é até 31/12/2018 e deverá ter sua vigência prorrogada até o fim deste ano. Diante desse fato, a projeção do FECF está incluída integralmente até o término do PRF.

Para os anos de 2018 – 2020, a arrecadação estimada pelo modelo sem adicionar as receitas extras deve se situar em R\$ 4,79 e R\$ 5,05 e R\$ 5,30 bilhões de reais, e para os anos seguintes em R\$ 5,56 bilhões e R\$ 4,93 bilhões, respectivamente. O FECF tem a mesma base de cálculo do ICMS, diferindo em alguns pontos. Desta forma, optou-se por simplificar a previsão do FECF e utilizar a previsão já obtida do ICMS como base geradora do comportamento do FECF.

Foram eliminados os efeitos sazonais por meio de *dummies* já que ambas as séries são parecidas, mas os efeitos sazonais do setor de energia elétrica e telecomunicações são maiores no FECF.

Regressão Simples do LOG(FECF)
Mínimos Quadrados Ordinários

Variable	Coefficiente	Erro Padrão	Prob.
LOG(ICMS)	0,36783	0,03670	0,00000
C	3,42456	1,57338	0,03130
Dummy (1)	0,03962	0,03521	0,26240
Dummy (2)	-0,01772	0,03514	0,61490
Dummy (3)	-0,02453	0,03514	0,48640
Dummy (4)	-0,02791	0,03524	0,42970
Dummy (5)	-0,02322	0,03523	0,51090
Dummy (6)	-0,06447	0,03586	0,07440
Dummy (7)	-0,07294	0,03588	0,04400
Dummy (8)	-0,07434	0,03594	0,04050
Dummy (9)	-0,04300	0,03591	0,23320
Dummy (10)	-0,02232	0,03590	0,53520
Dummy (11)	-0,02221	0,03605	0,53890
Dummy	0,24227	0,02566	0,00000
R ²	0,653672		
R ² ajustado	0,620322		
Estatística F	19,60032		
Prob(Estatística F)	0,00000		

Fonte: Elaboração Sefaz



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Subsecretaria de Política Fiscal

Nos Exercícios de 2022 – 2023, utilizamos parâmetros macroeconômicos da Grade SPE fornecidos pela STN, PIB Nacional (variação % anual) com o IGP-DI (variação % anual).

- IPVA

O IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) é um tributo de competência estadual, cujo fato gerador é a propriedade de veículos automotores, sendo devido ao Estado onde o proprietário desse bem reside. O referido imposto é lançado anualmente, devendo ser recolhido, no Estado do Rio de Janeiro, nas datas estabelecidas em calendário publicado pela Secretaria de Fazenda. A distribuição do vencimento com base no número da placa dos veículos ocorre com intuito de facilitar o seu recolhimento.

Com relação à previsão de receita do IPVA para os anos de 2019, 2020 e 2021, como dito anteriormente, utilizou-se os valores do PLOA. Esses valores foram gerados a partir do modelo econométrico denominado VAR que depende endogenamente da Frota do ERJ, incorporado ao cálculo por representar a evolução do mercado automobilístico. Na tabela abaixo podemos ver como se comportou o modelo. O R² ajustado para o IPVA foi adequado, alcançando 0,98. A frota também é considerado um indicador significativo para as projeções de receita do IPVA, com ajustamento de 0,99.

IPVA - Vetor autorregressivo - VAR

	LOG(IPVA)	LOG(FROTA)
LOG(IPVA(-1))	-0,016351	-0,000224
LOG(IPVA(-2))	0,066999	0,000361
LOG(FROTA(-1))	32,235330	1,551454
LOG(FROTA(-2))	-32,163750	-0,558883
C	15,089450	0,115848
Dummy (1)	2,835907	-0,000050
Dummy (2)	2,929352	0,000039
Dummy (3)	1,999707	-0,000369
Dummy (4)	1,614028	-0,000600
Dummy (5)	0,955397	-0,000303
Dummy (6)	0,753824	-0,000705
Dummy (7)	0,750059	-0,000144
Dummy (8)	0,569912	-0,000033
Dummy (9)	0,357742	-0,000320
Dummy (10)	0,235595	-0,000327
Dummy (12)	0,063612	-0,000020
DUMMIEIPVA	0,087190	-0,000233
R ²	0,981530	0,999978
R ² ajustado	0,975105	0,999970
Estatística F	152,780000	130408

Fonte: Elaboração Sefaz



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Subsecretaria de Política Fiscal

Nos Exercícios de 2022 – 2023, utilizamos parâmetros macroeconômicos da Grade SPE fornecidos pela STN, PIB Nacional (variação 4% anual) com o IGP-DI (variação 2,30 % anual).

- ITD

O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD ou ITD) incide sobre a transmissão de qualquer direito, bem imóvel ou bem móvel havido por sucessão legítima ou testamentária e por doação, ou seja, de natureza não onerosa.

Nessa receita o modelo escolhido foi uma regressão simples dependente da inflação dos imóveis (ponderação entre IPG-M e índice Zap-móveis) adicionado dos óbitos, que buscam refletir as doações por causa mortis. Abaixo temos a regressão:

Regressão Simples do LOG(ITD)
Mínimos Quadrados Ordinários

Variable	Coefficiente	Erro Padrão	Prob.
LOG(OBITOS)	1,164854	0,002869	0,0000
DUMMIEITD*LOG(INFLACAOIMOVEIS)	0,112315	0,020018	0,0000
R ²	0,34765		
R ² ajustado	0,344082		

Fonte: Elaboração Sefaz

Todas as variáveis são bastante significativas. A dummy diferencia as variáveis no tempo. Quando a dummy é 1 (um), o período analisado reflete a quebra verificada na receita de ITD, quando a arrecadação verificou aumento estrutural em razão da expectativa da primeira majoração de alíquota tributária, consoante a Lei nº 7174/15. No caso de zero, o período é anterior ao período do aumento autorizado na Lei supracitada.

Devemos destacar que a arrecadação referente à receita do ITD tem o costume de concentrar sua arrecadação nos dois últimos meses do exercício. Como o modelo elabora apenas a previsão anual, não podemos tomar como base a receita que foi



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Subsecretaria de Política Fiscal

realizada até o presente momento. Além do mais, seu principal insumo depende de óbitos e doações, algo que foge totalmente de previsão.

- IRRF

Para o ano 2018 foi utilizado o valor previsto na 2ª Revisão de Receita 2018, Nota de Receita SEFAZ/SUPOF Nº 04. de 09/05/2018. desconsiderando a arrecadação a maior registrada em 2017, por conta da regularização do pagamento de servidores em atraso além do 13º salário de 2016, Com a finalidade de não superestimar a projeção em 2018 a receita foi mantida no mesmo patamar sem nenhuma correção.

Os aumentos concedidos em 2017 para a segurança pública influenciaram a previsão até o término do Plano, uma vez que sendo a segunda categoria mais numerosa do ERJ, com o aumento do salário base uma parcela do contingente é alcançada por alterações no enquadramento de alíquotas de arrecadação do IRRF.

Para os anos de 2019-2021 reproduzimos as projeções do PLOA 2019 que considera os parâmetros FOCUS da tabela 3, a relação de PIB Nacional (variação % anual) com o IGP-DI (variação % anual).

Nos Exercícios de 2022 – 2023, utilizamos parâmetros macroeconômicos da Grade SPE fornecidos pela STN, PIB Nacional (variação 4% anual) com o IGP-DI (variação 2,30 % anual).

- Outras Receitas Tributárias

Essa composição da Receita Tributária leva em consideração diversas Naturezas de Receitas de Unidades Orçamentárias distintas, com destaque para o DETRAN-RJ, o Fundo Especial do Tribunal de Justiça e o FUNESBOM- receita diretamente arrecadada pelo Corpo de Bombeiros

Para a projeção de 2018 utilizamos os dados divulgados pela Resolução SEFAZ Nº 209 de 06 de fevereiro de 2018 que Divulga as Metas Bimestrais de Arrecadação nos termos do Art.13 da LRF. Para os anos de 2019-2021 as estimativas de Receita reproduzem os valores do PLOA estimados pelas respectivas Unidades



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Subsecretaria de Política Fiscal

Gestoras.. Essas projeções estimadas para o PLOA apresentaram uma linha mais conservadora do que no PRF homologado e foram, então, adotadas como novas projeções do triênio. Nos Exercícios de 2022 – 2023, utilizamos parâmetros macroeconômicos da Grade SPE fornecidos pela STN, PIB Nacional (variação 4% anual) com o IGP-DI (variação 2,30% anual).

- Receita Patrimonial

Nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e nos Relatórios de Gestão Fiscal do ERJ este componente da Receita foi construído de forma diferente, por orientação da STN, nas tabelas do PRF as receitas de Participações Governamentais foram alocadas nas Receitas de Transferências Correntes, fazendo com que os valores apresentados fiquem sensivelmente diferentes dos relatórios oficiais da LRF.

- Receitas de Aplicações Financeiras

Maior parte da base é composta por rendimentos de recursos vinculados, aproximadamente 80%.

Para a projeção de 2018 após a exclusão de 27% na receita base de 2017 referente a recursos vinculados que não se realizaram, foram aplicados os parâmetros da Tabela 1, ficando a projeção com a seguinte composição:

2018 = [2016 (73% recursos vinculados)] * [PIB Nacional (variação % anual) com o IGP-DI (variação % anual)]

Para os anos de 2019 – 2021, os valores são os mesmos definidos para o PLOA, com previsões das receitas do Tesouro e dos demais órgãos do ERJ, utilizando-se os parâmetros macroeconômicos pré-definidos na tabela 3.

Nos Exercícios de 2022 – 2023, utilizamos parâmetros macroeconômicos da Grade SPE fornecidos pela STN, PIB Nacional (variação 4% anual) com o IGP-DI (variação 2,30% anual).



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Subsecretaria de Política Fiscal

- Outras Receitas Patrimoniais

Composta em sua grande maioria por concessões e permissões. A projeção para o ano de 2018 reproduz os valores divulgados pela Resolução SEFAZ Nº 209 de 06 de fevereiro de 2018 e, para período 2019-2021 os valores apontados no PLOA.

Nos Exercícios de 2022 – 2023, como já informado, foram aplicados os parâmetros macroeconômicos da Grade SPE fornecidos pela STN, PIB Nacional (variação 4% anual) com o IGP-DI (variação 2,30% anual).

- **Receitas de Transferências Correntes**

- Receita de FPE**

O Fundo de Participação dos Estados é composto por 21,5% da arrecadação do IPI e do IR. Para a projeção dessa receita em 2018, utilizou-se a estimativa divulgada pela STN através do Decreto nº 9.390 de 30/05/2018. Para os anos de 2019-2021, aplicamos os parâmetros FOCUS da LOA 2018, conforme já mencionado anteriormente (relação de PIB Nacional com o IPCA da tabela 3). Para os demais anos, utilizamos parâmetros estáticos de IGP-DI 4,30% agregados ao crescimento real de 3,30%.

- Receita de IPI**

Essa arrecadação corresponde à distribuição de 10% da arrecadação do IPI da União, distribuída para os Estados e Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados, como forma de compensar a desoneração das exportações.

Para a projeção dessa receita em 2018, utilizou-se a estimativa divulgada pela STN através do Decreto nº 9.390 de 30/05/2018.

Para todo o período restante, essa receita foi estimada com os mesmos parâmetros do FPE.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Subsecretaria de Política Fiscal

- Receita de Royalties e Participações Especiais

A receita de Participações Governamentais é estimada por um modelo estatístico da SEFAZ, onde a receita esperada para o ano é calculada a partir das seguintes variáveis: Preço do óleo tipo Brent, Preço referência do gás natural, Câmbio e Produção de óleo e gás natural. Utilizamos o preço estimado do barril tipo Brent de US\$ 64 para 2018 e US\$ 67 para o restante do período analisado, conforme previsão publicada pela U.S Energy Information Administration³ (EIA) datada de 12/06/2018. Adotamos como parâmetro de taxa de câmbio o Boletim FOCUS de 01/06/2018, com valores de R\$/US\$ 3,32 para o ano de 2018, R\$/US\$ 3,45 para o ano de 2019, R\$/US\$ 3,54 para 2020, R\$/US\$ 3,60 para 2021 e R\$/US\$ 3,66 para 2022 e 2023.

Em relação à produção de petróleo e gás de todo o período em análise, foram utilizadas as estimativas fornecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás e B combustíveis (ANP) atualizadas em dezembro de 2017. Para maiores detalhes sobre a metodologia de previsão de Royalties e PE para o período 2018-2023, vide Nota Técnica específica da Subsecretaria de Política Fiscal sobre o assunto. ANEXO XX

- Receita de Convênios

As receitas de Convênios foram estimadas para 2018 aplicando uma redução de 60% em relação ao realizado em 2017, por conta da grave crise econômica nacional os repasses destas receitas ficaram comprometidos.

Para o triênio 2019-2021, temos um crescimento da Receita para o Exercício de 2019 onde podemos avaliar como fase complementar do PAC, ano inicial de novo Governo. Para os anos de 2020-2021 os valores são os mesmos apontados no PLOA, com redução gradativa deste grupo de Receita; tal decisão é uma tendência conservadora no curto prazo, redução de 84% em 2020 e de 16% em 2021. Tais previsões são fornecidas pelas respectivas Unidades Orçamentárias com base em parâmetros macroeconômicos preestabelecidos e nos convênios pactuados..

³ <https://www.eia.gov/outlooks/steo>, publicado em 12/06/2018.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Subsecretaria de Política Fiscal

Nos Exercícios de 2022 – 2023, mais uma vez, utilizamos os parâmetros macroeconômicos da Grade SPE fornecidos pela STN, PIB Nacional (variação 4% anual) com o IGP-DI (variação 2,30 % anual).

- Outras Transferências Correntes

Nesta conta estão consolidadas as transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico (FNDE), do Salário-Educação, do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), da Lei Kandir e das demais Transferências da União (FEX).

Para a maioria dessas Receitas, adotamos para a projeção de 2018 uma proxy da tabela 1 (FOCUS) do PIB Nacional (variação % anual) com o IGP-DI (variação % anual) sobre o ano base de 2017,

Para os anos de 2019-2021 os valores são os indicados no PLOA; aponta-se uma pequena redução no exercício de 2019, principalmente influenciado pela alteração do coeficiente do FUNDEB divulgado pelo MEC. Ainda para 2019 a estimativa de receita da Lei Kandir e do , FEX refletem de forma conservadora o mesmo valor por conta da indefinição por parte do Governo Federal no cálculo das perdas dos Estados.

Na projeção para o período 2022 – 2023, utilizamos parâmetros macroeconômicos da Grade SPE fornecidos pela STN, PIB Nacional (variação 4% anual) com o IGP-DI (variação 2,30 % anual).

- **Demais Receitas Correntes**

- Dívida Ativa

A dívida ativa é constituída de débitos de contribuintes com a Fazenda não pagos até o vencimento. O valor estimado refere-se somente à parcela que caberá aos Municípios, uma vez que, concretizada a securitização dos créditos a receber, o Estado já fez jús a sua cota parte.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Subsecretaria de Política Fiscal

Para a previsão de 2018, utilizamos a base de 2017, corrigindo-se os valores pelos indicadores divulgados no Boletim FOCUS que orientou a 2ª Revisão de Receita 2018 (tabela 2).

Para o triênio 2019-2020, utilizou-se o Boletim FOCUS - tabela 3, utilizando como base a 2ª Revisão de Receita 2019, proxy PIB Nacional (variação % anual) com o IGP-DI (variação % anual).

Nos Exercícios de 2022 – 2023, aplicação dos parâmetros macroeconômicos da Grade SPE fornecidos pela STN, PIB Nacional (variação 4% anual) com o IGP-DI (variação 2,30 % anual).

- Receita Intraorçamentária Corrente

A estimativa para o ano de 2018, reproduz os valores divulgados pela Resolução SEFAZ N° 209 (Metas Bimentrais de Arrecadação) de 06 de fevereiro de 2018.

Para os anos de 2019-2021 os valores são os do PLOA e , para o período 2022 a 2023, utilizamos parâmetros macroeconômicos da Grade SPE fornecidos pela STN, PIB Nacional (variação 4%% anual) com o IGP-DI (variação 2.30 % anual).

- Diversas Receitas Correntes

Para a projeção para o ano de 2018 utilizamos os valores divulgados pela Resolução SEFAZ N° 209 de 06 de fevereiro de 2018 –Metas Bimestrais de Arrecadação.

Para os anos de 2019-2021 os valores são os do PLOA, cujas projeções mais conservadoras, em relação ao PRF homologado, são de responsabilidade das respectivas Unidades Gestoras.

Nos Exercícios de 2022 – 2023, aplicados os parâmetros macroeconômicos da Grade SPE fornecidos pela STN, PIB Nacional (variação 4% anual) com o IGP-DI (variação 2,30% anual).



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Subsecretaria de Política Fiscal

- Receitas de Capital

- Operações de Crédito

As Receitas de Operações de Crédito apresentadas na revisão do Plano de Recuperação Fiscal são as mesmas operações que constavam do PRF Homologado que foram acordadas no Anexo V do último Programa de Ajuste Fiscal (PAF), assinado em 2016. A diferença é que algumas operações que tinham previsão para ocorrerem em 2017, mas que não se realizaram, como a Nova Operação com Receitas de Royalties e PE e o valor residual da Operação de antecipação da Alienação das ações da CEDAE ocorreram em 2018, enquanto que a Operação de Crédito de RP passou para 2019.

- Amortização de Empréstimos

A Estimativa de Receita para o exercício de 2018 considera a média de sua realização no período 2010 – 2017, (Vide..tabela abaixo), corrigida em 12%, nos anos de 2019 – 2020 – 2021 foi adotado valores semelhantes aos patamares de 2016 ano mais baixo da série. Nos Exercícios de 2022 – 2023, utilizamos parâmetros macroeconômicos da Grade SPE fornecidos pela STN, PIB Nacional (variação % anual) com o IGP-DI (variação % anual).

RS

AMORTIZAÇÃO							
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
148.826.066,00	180.564.340,00	213.449.963,00	244.866.629,00	279.220.352,00	310.853.999,00	94.233.315,00	212.830.000

SIAFE

MÉDIA 210.605.583



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Subsecretaria de Política Fiscal

- Alienações de Bens

Para a receita de 2018, adotamos o montante realizado até junho do exercício corrente. Para o triênio 2019-2021, a estimativa do Rioprevidência norteou os valores esperados, que estão indicados no PLOA.. Não há previsão para os exercícios subsequentes.

- Convênios de Capital

Em sua grande maioria essa receita é originária de convênios pactuados com o Governo Federal, Sua projeção para 2018 reproduz os valores divulgados pela Resolução SEFAZ Nº 209 de 06 de fevereiro de 2018 (Metas Bimestrais de Arrecadação). Para o período 2019-2021 os valores são os mesmo do PLOA.

Para subsidiar a projeção das Receitas de Capital vinculadas a convênios agregamos informações do 6º Balanço PAC 2015 – 2018 disponíveis no site www.pac.gov.br. observando a possibilidade de provável contingenciamento futuro. Devemos alertar que esses são apenas dados referentes ao PAC outros convênios também são celebrados.

INVESTIMENTO - RIO DE JANEIRO

INVESTIMENTO TOTAL		R\$ 243,55 BILHÕES		
2015 a 2018		R\$ 147,21 bilhões		
Fos 2018		R\$ 101,34 bilhões		
EIXO	2015 A 2018 EXCLUSIVO (R\$ MILHÕES)	PÓS 2018 EXCLUSIVO (R\$ MILHÕES)	2015 A 2018 REGIONAL (R\$ MILHÕES) *	PÓS 2018 REGIONAL (R\$ MILHÕES) *
Logística	4.830,21	1.122,19	247,97	94,72
Energia	123.194,62	91.562,47	4.995,01	1.500,00
Social e Urbana	13.945,17	6.058,14	-	-
TOTAL	141.970,00	98.742,80	5.242,99	2.594,72

* Em percentuais em relação ao total de um estado

***** Valor não divulgado em razão da omissão de seu uso do Regime Diferenciado de Contratação - RDC



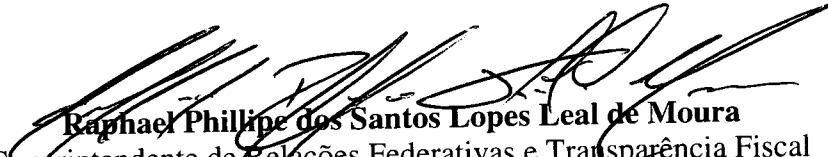
Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Subsecretaria de Política Fiscal

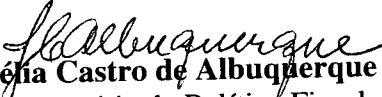
- Outras Transferências de Capital

Em sua grande maioria essa rubrica agrega diversas receitas pontuais oriundas da União. Sua projeção para 2018 reproduz os valores divulgados pela Resolução SEFAZ N° 209, de 06 de fevereiro de 2018 (Metas Bimestrais de Arrecadação) e, para o período 2019-2021, os valores são os apontados no PLOA. e, para os exercícios de 2022 – 2023, utilizamos os parâmetros macroeconômicos da Grade SPE fornecidos pela STN, PIB Nacional (variação 4% anual) com o IGP-DI (variação 2,30% anual).

- Outras Receitas de Capital

Para 2018 valores residuais conforme Resolução SEFAZ N° 209 (Metas Bimestrais de Arrecadação); 2019-2021 valores do PLOA e período 2022 – 2023, utilizamos parâmetros macroeconômicos da Grade SPE fornecidos pela STN, PIB Nacional (variação 4% anual) com o IGP-DI (variação 2,30% anual).


Raphael Phillippe dos Santos Lopes Leal de Moura
Superintendente de Relações Federativas e Transparência Fiscal


Joséia Castro de Albuquerque
Subsecretária de Política Fiscal